

PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA - PRONERA: UMA POLÍTICA PÚBLICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO DO CAMPO NA EXPERIÊNCIA DA EFA DE PORTO NACIONAL

Kênia Alves de Sousa¹ - UFT
keniaalvesuft@yahoo.com.br

José Pedro Cabrera Cabral² - UFT
josepedro@uft.edu.br

INTRODUÇÃO

O estudo desenvolvido no decorrer desta pesquisa está pautado, em primeiro lugar, em fontes bibliográficas que discorrem sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA: uma Política Pública e suas implicações na Educação do Campo. Buscando compreender o posicionamento do Estado em relação às práticas educativas para os camponeses brasileiros. E em segundo lugar, em dados empíricos obtidos a partir de entrevistas e questionários aplicados aos alunos beneficiários do PRONERA na Escola Família Agrícola de Porto Nacional.

O objetivo desta pesquisa de avaliar, mesmo que parcialmente, os impactos do PRONERA nos beneficiários diretos do Programa. Desta forma procura-se identificar elementos fundamentais dentro de uma concepção de Educação do Campo: a participação do público beneficiário nesta política pública. Como metodologia utilizamos o marco analítico da abordagem qualitativa para assim poder aferir, na opinião dos alunos, o alcance e as perspectivas do Programa assim como os impactos de sua execução no âmbito da Escola Família Agrícola de Porto Nacional.

A Educação no Campo vem conquistando cada vez mais espaço no Brasil, um fato e, também um fator social positivo, apesar de ser uma conquista bastante lenta, mas que tem se mostrado possível. Os Programas de Políticas Públicas Nacionais de Educação do Campo no Brasil vêm ganhando cada vez mais território no contexto das

¹ Graduada em História pela Universidade Federal do Tocantins – UFT. Mestranda em Geografia pela mesma Instituição.

² Doutor em História Latino Americana, Professor do Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins – UFT.

populações rurais, dando legitimidade às suas identidades enquanto cidadãos dotados não só de deveres, mais também de direitos e saberes.

A Educação do Campo atualmente é percebida como algo de grande importância. É um desafio também de superação para a desmistificação da ideia de que a educação urbana é superior à educação do campo. A implantação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, instituído a partir do Decreto nº 7.352/2010, é reconhecido como um dos mais importantes resultados das lutas em prol da Educação no Campo. O PRONERA é um programa que tem por finalidade a educação de trabalhadores rurais beneficiários de Assentamentos e/ou Acampamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), do Crédito Fundiário, e dos projetos efetuados pelos órgãos estaduais, desde que reconhecidos pelo INCRA.

Este Programa busca trazer a promoção da justiça social no campo, dando acesso à educação, alfabetizando e escolarizando jovens e adultos em níveis de formação técnico-profissional bem como de nível médio e superior. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA possui os princípios básicos da relação indissociável da educação e do desenvolvimento territorial sustentável como condição essencial para qualificação do modo de vida das populações envolvidas nos projetos.

O PRONERA é tido como um importante caminho de acesso e permanência à educação do Campo atualmente no Brasil. Pois, a modalidade de pedagogia que é a Alternância, aplicada no ensino nas escolas do Campo tem favorecido essa permanência.

1.1. PRONERA: UMA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO NO/DO CAMPO

A constituição de uma Educação do Campo no Brasil começou a partir das necessidades das famílias sem-terra nas áreas de acampamentos e assentamentos rurais em garantir escolas de qualidade para seus filhos, procurando a realização do direito de ingresso universal à educação e a legalidade dos processos didáticos localmente estabelecidos, incluídos à defesa de um projeto de desenvolvimento social e econômico com equidade e ecologicamente sustentável. (PERIUS, 2008, p. 40).

Uma educação de fato começou a aparecer a partir da Constituição Federal de 1988. Ainda que a Constituição de 1988 não mencione abertamente a educação no/do campo, está explícito em seu Art. 205 a prescrição de que a “educação, é direito de

todos e dever do Estado e da família [...]”; e ainda, que haja “[...] igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”; (Art. 206, inciso I). Embora esteja prescrito, é evidente que jamais existiu essa tão almejada igualdade de acesso à escola, principalmente no que se refere às escolas no campo, onde as dificuldades e carências são bem mais gritantes desde o início da história de nosso país e continuam padecendo com os governos que se autodenominam ‘democráticos’. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2013. p. 60).

A Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 9394/96, o Plano Nacional da Educação de 2001, e os Parâmetros Curriculares Nacionais são leis essenciais para o avanço da educação nacional. A LDB - Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) determina em seu art. 1º:

A educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. (LDB, 1996).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996) reconhece que a escola e os outros espaços frequentados pelo educando são também espaços de aprendizagem e de cidadania. Com base nesses fundamentos da LDB (1996), Silva (2006) afirma que, “Educação do Campo é toda ação educativa desenvolvida junto aos povos do campo e fundamenta-se nas práticas sociais constitutivas dessas populações: os seus conhecimentos, habilidades, sentimentos, valores, modo de ser e de produzir, de se relacionar com a terra e formas de compartilhar a vida”. (SILVA, 2006, p. 8).

A educação para a população rural é tratada na LDB (1996) em seu capítulo II e seu art. 28.

Art. 28º. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. (LDB, 1996).

É importante ressaltar que, mesmo a LDB (1996) mencionando a oferta da educação básica para a população camponesa, essa educação não possui o mesmo efeito da compreensão dos movimentos sociais e da própria academia científica em relação à Educação no/do Campo. De modo que, a LDB (1996) se volta para uma educação que apenas qualifica a mão de obra desses sujeitos, tendo em vista o mercado de trabalho. Enquanto que, os movimentos sociais e a academia veem a Educação do Campo como transformação social e o desenvolvimento da cidadania para com os povos do campo.

Caldart (2002) afirma que, a compreensão da Educação do Campo acontece a partir de seus sujeitos e suas vivências cotidianas.

A Educação do Campo é um projeto educacional compreendido a partir dos sujeitos que tem o campo como seu espaço de vida. Nesse sentido, ela é uma educação que deve ser no e do campo – No, porque “o povo tem o direito a ser educado no lugar onde vive”; Do, pois, o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação. (CALDART, 2002, p. 26.).

De acordo com Munarim (2011), a sociedade civil se organizou em determinado momento que definiu de tal forma em um conjunto de ações, o que seria em termos claros “questões da Educação do Campo”, ou seja, criou-se “um espaço próprio das organizações e movimentos sociais do campo e seus parceiros diversos, onde realizam experiências e procedem a elaborações temáticas sobre questões da educação dos povos que vivem no e do campo”. (MUNARIN, 2011, p. 9).

Segundo Furtado (2006) na década de 1990, devido às pressões dos movimentos sociais do campo, nascem “iniciativas institucionais para a criação de uma agenda voltada para o encaminhamento de políticas para a Educação no Campo, envolvendo segmentos da sociedade organizada”. (FURTADO, 2006, p. 25).

Para Caldart (2010) a Educação do Campo surgiu como crítica à realidade da educação brasileira, principalmente pela situação educacional dos brasileiros que trabalham e vivem no/do campo.

Essa crítica nunca foi à educação em si mesma porque seu objeto é a realidade dos trabalhadores do campo, o que necessariamente a remete ao trabalho e ao embate entre projetos de campo que têm Consequências sobre a realidade educacional e o projeto de país. Ou seja, precisamos considerar na análise que há uma perspectiva de totalidade na constituição originária da Educação do Campo. (CALDART, 2010, p. 106).

Os protagonistas do processo de criação da Educação do Campo são os Movimentos Sociais camponeses em ‘estado de luta’, destacando os Movimentos Sociais de luta pela Reforma Agrária em particular o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Este esteve sempre à frente buscando pelo acesso a educação e melhoria das condições de vida dos camponeses. (CALDART, 2010, p. 107).

De acordo com Ribeiro (2013) ‘educação do campo’ é aquela que seus sujeitos são trabalhadores e trabalhadoras ‘do campo’, sejam eles, os camponeses, ou quilombolas, ou ainda as nações indígenas. Isto é, são os distintos sujeitos assalariados ou não que estão atrelados à vida e ao trabalho no meio rural.

Os sujeitos do campo almejam uma educação de qualidade que respeitem suas organizações sociais, seus conhecimentos, sua cultura. Eles lutam por uma educação do Campo no campo, que lhes tragam uma formação enquanto seres humanos, educação para o desenvolvimento sustentável respeitando suas características locais. (SOUZA, 2008, p. 1097).

Destarte, as políticas públicas têm priorizado a zona urbana, isso ocorre porque as escolas no meio rural são consideradas mais caras. Mas esta realidade vem se modificando a passos lentos por maior visibilidade que os movimentos sociais vêm conseguindo, não só por suas lutas, mas também pelas parcerias obtidas junto às “universidades, as organizações não governamentais - ONGs e diferentes instituições nacionais e estrangeiras, que têm possibilitado experiências e estudos que considerem os sujeitos, atores das descobertas das contradições da sua realidade e que os possibilitem ganhar voz”. (FURTADO, 2006, p. 25).

De acordo com Silva (2006), a expressão Educação do Campo atualmente engloba uma diversidade de significados que envolvem experiências educativas desenvolvidas por diversas instituições, que usaram como referência para suas sugestões pedagógicas uma nova compreensão de campo, de educação e do papel da escola.

Assim, a identidade dos sujeitos sociais do campo em sua diversidade que engloba os espaços da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, dos pescadores, dos caiçaras, ribeirinhos, quilombolas e extrativistas, conforme posto pela Resolução CNE 01 de 2001, torna-se fundante para reivindicação de políticas educacionais e elaboração das diversas práticas educativas. (SILVA, 2006, p. 62).

Segundo Fernandes (2006) para compreender o termo Educação do Campo, é necessário observar que ele surgiu a partir das reivindicações dos movimentos sociais camponeses para a edificação de uma política educacional em assentamentos de reforma agrária. Para este autor, compreender a história da Educação do Campo é de suma importância, pois foi a partir das ações da Educação do Campo que surgiu também o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA e a Coordenação Geral de Educação do Campo. Assim, as expressões ‘Educação na Reforma Agrária’ e ‘Educação do Campo’ surgiram ao mesmo tempo, ambas são distintas e se completam.

De acordo com Mançano Fernandes (2006).

A Educação na Reforma Agrária refere-se às políticas educacionais voltadas para o desenvolvimento dos assentamentos rurais. Neste sentido, a Educação na Reforma Agrária é parte da Educação do Campo, compreendida como um processo em construção que contempla em sua lógica a política que pensa a educação como parte essencial para o desenvolvimento do campo. (FERNANDES, 2006, p. 29).

Para Munarim (2011) um marco legal para as ações de Educação no Campo são: a Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002 e a Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008, que instituem as Diretrizes Operacionais da Educação Básica nas Escolas do Campo - e o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

Desta forma, os movimentos sociais do campo, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST colaborou muito para as discussões sobre a educação no campo. E as novas políticas públicas para a Educação no Campo são frutos desta luta que apesar de ainda terem um caráter compensatório trouxeram alguns progressos para a educação das populações rurais.

1.2. PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRÁRIA - PRONERA

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA foi criado no ano de 1998, como uma política pública de Educação do Campo, desenvolvida para áreas de assentamentos rurais de Reforma Agrária. Fruto de um grande encontro de educadores da Reforma Agrária, ocorrido em julho de 1997, o I Encontro Nacional de Educação na Reforma Agrária - ENERA, promovido em parceria pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, pelo Conselho Nacional de Bispos do Brasil - CNBB e a Universidade de Brasília - UNB. (BRASIL. PRONERA. 2011).

A partir desse encontro, o PRONERA foi apresentado como “a expressão de uma parceria estratégica entre o Governo, as Universidades e os Movimentos Sociais Rurais, com o objetivo de desencadear um amplo processo para a Educação de Jovens e Adultos nos assentamentos de Reforma Agrária” (BRASIL. PRONERA, 1998, p.5)

Todo o arquétipo do PRONERA se encontra em seu Manual de Operações.

Este apresenta o que é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA seus objetivos, princípios teórico-metodológicos, linhas básicas de ação. O seu objetivo é orientar as universidades/movimentos sociais sobre os procedimentos para apresentação de projetos de educação de jovens e adultos – EJA. (BRASIL. PRONERA, 1998, pp.6-7).

O Programa trata em seu objetivo principal, corroborar com a educação nos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, instigando, propondo, criando, desenvolvendo e coordenando projetos educacionais, usando procedimentos metodológicos voltados para a especificidade do campo, tendo em vista colaborar para o desenvolvimento rural sustentável. (BRASIL, PRONERA, 2001).

O PRONERA se apresenta como algo inovador em relação a outros programas criados nos anos 1990, principalmente, por ser fruto da luta dos movimentos sociais do campo e da sociedade civil organizada em prol da construção de uma proposta de ensino aprendizagem para os sujeitos que vivem no campo. Este Programa traz acesso como política pública de Educação do Campo e enfatiza uma proposta de educação que se sintonize, de fato, com os anseios e expectativas daqueles que vivem no e do campo oferecendo áreas diversificadas do conhecimento.

Estes elementos, somados ao processo de reflexão que vem ocupando estudiosos, militantes, intelectuais e demais envolvidos com a problemática da Educação do Campo e da Educação de Jovens e Adultos, quanto às bases de uma proposta política educacional de qualidade, associada à realidade, à cultura, ao cotidiano e às experiências dessa população permite-nos considerar de grande importância o estudo desta experiência relacionada ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PERIUS, 2008, p.16).

O PRONERA atende os jovens e adultos analfabetos e/ou com escolarização fundamental incompleta, monitores e educadores do ensino fundamental, moradores de Projetos de Assentamento da Reforma Agrária criados pelo INCRA ou por Órgãos Estaduais de Terras, desde que haja parceria formal entre o INCRA e esses órgãos.

Este Programa possui incumbência de proporcionar as bases de uma política social de inclusão de jovens e adultos para a erradicação do analfabetismo entre a população assentada, onde à maioria são pessoas jovens com baixas taxas de escolaridades. (BRASIL. PRONERA. 2011).

De acordo com Furtado (2006), o PRONERA foi muito importante para a Educação no Campo, além do programa em si ser um grande avanço, trouxe também para as discussões com o governo outras discussões importantes.

Várias instituições mobilizam-se para a realização da Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, que teve como principal mérito recolocar, sob outras bases, o rural, e a educação que a ele se vincula. Hoje vem sendo ela fortemente discutida em outros âmbitos que também dizem respeito à vida rural. (FURTADO, 2006, p. 28).

Deste modo, as políticas públicas do PRONERA busca trazer a promoção da justiça social no campo, dando acesso à educação alfabetizando e escolarizando

jovens e adultos em níveis de formação técnico-profissional bem como de nível médio e superior. O mesmo tem os princípios básicos da “relação indissociável da educação e do desenvolvimento territorial sustentável como condição essencial para qualificação do modo de vida da população envolvida nos projetos.” (BRASIL. PRONERA. 2011. p. 21).

O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA tem objetivado contribuições para o desenvolvimento territorial e a ascensão das condições de vida de brasileiros que residem no campo. Essas populações do campo possuem características próprias e por isso precisam de uma atenção especial com relação à educação, como a valorização do meio ambiente, a organização familiar, a comunidade, o lazer, o tempo e o espaço para que possam ter um melhor aproveitamento do ensino aprendizagem durante as aulas.

Uma política pública de Educação no Campo é indispensável para que possa atender um direito garantido pela Constituição Brasileira, aos assentados de reforma agrária que muitas vezes não tem acesso à educação regular.

[...] o Pronera é uma política pública executora das práticas e de reflexões teóricas da Educação do Campo, no âmbito do MDA/ INCRA, que tem como fundamento a formação humana como condição primordial e, como princípio, a possibilidade de todos tornarem-se protagonistas da sua história.” (BRASIL. PRONERA. 2011. p. 11).

O PRONERA, trás vários projetos que inovam no desenvolvimento de tecnologias de formação técnica, principalmente instituindo novos campos, novos cursos, com o trabalho e esforço de professores e universidades. Na realidade, este Programa tem sido um espaço de encontro, pois aproxima e ligam dois mundos historicamente afastados: os processos de formação humana, e do trabalho. E, ainda contribui para o aprofundamento da democracia. (LACERDA, SANTOS, 2010, p. 23).

O mesmo se desenvolve por meio de parcerias nas quais todos envolvidos assumem responsabilidades em uma construção coletiva, tanto na elaboração de projetos quanto no acompanhamento e avaliação do Programa. E, ainda possui parcerias com os Movimentos Sociais, Sindicais de Trabalhadores Rurais para mobilizar jovens e adultos moradores das áreas de Reforma Agrária para identificação das diversas demandas para o funcionamento do PRONERA. (BRASIL. MDA/INCRA. PRONERA. 2004, pp. 20-21).

No âmbito nacional o INCRA efetivou uma pesquisa no período de 1998 a 2010, os resultados mostraram que, o PRONERA foi responsável pela escolarização e

formação de cerca de 400 mil jovens e adultos assentados e/ ou acampados de reforma agrária e certificou cerca de 300 profissionais dos cursos de Ciências Agrárias para atuarem na Assessoria Técnica, Social e Ambiental junto aos projetos de assentamentos de reforma agrária e agricultura familiar. Destarte, esse índice está muito longe do percentual almejado pelo Programa, na realidade essa amostragem apenas veio demonstrar que o tema da educação está bastante longe da realidade das populações assentadas e/ou acampadas em todo o país e que, a educação ainda é um grande desafio para essas populações, pois o índice de analfabetismo neste período era cerca de 23% delas. (BRASIL. PRONERA. 2011, pp. 11-14).

Também no âmbito regional o Programa demonstrou que há uma discrepância gigantesca entre as pessoas alfabetizadas e as analfabetas nas famílias que vivem em assentamentos. Segundo resultados das amostragens das pesquisas na Região Norte, cerca de 390.752 famílias assentadas apresentam um índice médio sem alfabetização de 14,74%. Enquanto que, 44,89% dos assentados possuem níveis de escolaridade de 1ª a 4ª série e cerca de 27,41%, delas cursaram e finalizaram o nível fundamental. As que têm o ensino médio incompleto chegam a 6,72% dos assentados; apenas 4,99% finalizaram o ensino médio e menos de 1% desses assentados concluiu algum curso de nível superior ou está frequentando. (BRASIL. PRONERA. 2011, p. 14).

De tal modo, os estudos realizados pelo PRONERA a partir de 2003, na Região Norte evidenciaram a necessidade de um tratamento caracterizado na distribuição da equipe pedagógica. Entre os problemas, os mais relevantes foram, a enorme distância entre os projetos de assentamento e as instituições que coordenam os projetos, o extenso período de chuvas na região que atrapalham a passagem e as precárias condições de acesso às áreas de Reforma Agrária. (BRASIL. PRONERA. 2011, pp. 39-40).

No Estado do Tocantins a Escola Família Agrícola - EFA em Porto Nacional - TO em parceria com o INCRA tem ofertado pelo PRONERA os cursos de Magistério de Nível Médio e Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio. O Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA juntamente com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA tem a função de aumentar as condições de escolarização formal dos trabalhadores assentados.

A EFA em Porto Nacional, já formou nas comunidades camponesas do Tocantins três turmas de Magistério de Nível Médio e estarão certificando no triênio de

2014/2017 mais quatro turmas nesses dois cursos. A Secretaria de Educação e Cultura- SEDUC em parceria com o INCRA assumiu a responsabilidade de ministrar o curso de Magistério de Nível Médio atendendo duas turmas de 90 educadores/as que sairão profissionais certificados para atuarem na educação infantil (creches e pré - escolas) e 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental contribuindo para o desenvolvimento dos assentamentos da região. (BRASIL. PRONERA. 2014. p. 1).

Os dois cursos são ofertados nos meses de janeiro e julho utilizando a Pedagogia da Alternância. Os estudantes ficarão abrigados na escola, sendo os custos de alimentação, viagem e os materiais didáticos são pagos pelos projetos. O público alvo dos cursos são agricultores (as) assentados (as) reassentados (as) pela Reforma Agrária. (BRASIL. PRONERA. 2014. p. 1).

Segundo MOLINA e JESUS (2010), um dos fundamentos básicos do PRONERA foi o de preocupar-se em garantir que a oferta de seus cursos fossem um dos elementos capazes de fornecer o acesso ao desenvolvimento dos assentamentos, principalmente a mudança das condições de vida de seus alunos. Para estas autoras, a maior parte deste processo é

A compreensão de que esta contribuição só se efetiva à medida que os cursos promovam também a ampliação da consciência e da prática dos educadores e educandos dos cursos vinculados ao Programa, na perspectiva da transformação do modelo hegemônico de desenvolvimento do campo vigente no Brasil. (MOLINA; JESUS, 2010, p. 34).

Segundo Perius (2008), embora tenha ocorrido uma intensa urbanização no Brasil, a população residente na zona rural é bem significativa, e mesmo assim padece pela falta de política pública de educação para o campo, essa realidade demonstra que o fator localização da população proporciona vantagens em relação à oferta de oportunidades de escolarização no sistema de educacional brasileiro. (PERIUS, 2018).

Neste sentido, de acordo com Molina e Jesus (2010) “um dos mais importantes resultados do PRONERA tem sido sua capacidade de viabilizar o acesso à educação formal a centenas de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária.” (MOLINA; JESUS, 2010, p. 35). Pois, segundo as autoras o PRONERA é um importante caminho de acesso e permanência à educação do Campo.

Se não fossem as estratégias de oferta de escolarização adotadas pelo Programa, a partir das práticas já acumuladas pelos Movimentos – entre as quais se destaca a Alternância, com a garantia de diferentes tempos e espaços educativos –, esses jovens e adultos não teriam se escolarizado, em função da impossibilidade de permanecer, por seguidos períodos, nos processos tradicionais de educação, o que necessariamente lhes impediria de conciliar o trabalho e a escolarização formal. (MOLINA; JESUS, 2010, p. 35).

O PRONERA é um programa ainda com muitos limites no seu desenvolvimento, mas por outro lado, vem "abrindo caminhos" para o debate das políticas públicas para a educação no meio rural. Promovendo a inserção na formulação dos debates por uma Educação do Campo de qualidade. Assim, “o PRONERA tem, efetivamente, se tornado uma estratégia de democratização do acesso à escolarização para os trabalhadores das áreas de Reforma Agrária no País, em diferentes níveis de ensino e áreas do conhecimento”. (MOLINA; JESUS, 2010, p. 35).

2. A PARTICIPAÇÃO NO PRONERA SEGUNDO OS BENEFICIÁRIOS NA EFA DE PORTO NACIONAL - TO

Ao longo de 2015 realizamos uma pesquisa com 50 alunos dos cursos do PRONERA na Escola Família Agrícola de Porto Nacional. Os participantes residem nos seguintes municípios: Tocantínia 4, Porto Nacional 3, Ananás 4, Araguatins 9, São Sebastião 2, Dois Irmãos 9, Caseara 7, São Bento 2, Esperantina 5, Pequizeiro 1, Palmas 1, Juarina 1, Jaú do Tocantins 1, Cachoeirinha 1, totalizando 14 municípios. A população entrevistada se divide em 26 pessoas do sexo masculino e 24 do feminino. A idade média é de 21 anos para os homens e 20 anos para as mulheres.

Ao perguntar aos alunos como se informaram da oferta do curso do PRONERA, 40% respondeu que se informou a partir do MST, 20% por meio do INCRA e, 20% pela própria EFA, os outros 20% por meio de instituições diversas como associações, no próprio assentamento, sindicatos, entre outros. Do total dos participantes 23 fazem o curso de agroecologia e 27 o de magistério.

Quanto perguntados sobre a motivação que os levou a escolha do curso, as manifestações indicaram: 40% responderam que por identificação com a área de conhecimento do curso e com as possibilidades profissionais da mesma, como os cursos de potencial demanda no mercado de trabalho e, 40% manifestou que viram no curso oportunidades de crescimento pessoal e de adquirir novos conhecimentos. O 20% restante apontou: 5% vocação para a área de atuação, 10% falta de profissionais no mercado e, 5% oportunidade para contribuir com o desenvolvimento de suas comunidades.

Entrevistada 5 - Acredito que o curso me proporcionará oportunidades para me inserir no mercado de trabalho e que isto me possibilitará minha permanência no assentamento.

Entrevistado 2 - Sei que o curso me capacitará tanto para arrumar emprego no próprio assentamento como fora dele.

Entrevistada 4 - O curso de magistério me possibilita me inserir no mercado de trabalho rapidamente, por que faltam professores nas escolas nos assentamentos.

Em relação ao nível de participação entrevistamos os alunos e a parte da equipe executora dos cursos, profissionais da EFA. Entre os primeiros, a maioria dos entrevistados 85% manifestou que além das aulas e as tarefas inerentes às mesmas, sua participação foca-se nos debates e reflexões realizadas durante os períodos do tempo escola, ou seja, dos encontros presenciais na EFA. Já o grupo de profissionais da EFA (professores e técnicos) apontou para um alto grau de comprometimento e de participação dos alunos em todo o processo educacional, tanto nas aulas, nos debates e no planejamento e, nas atividades de conviveu durante os encontros.

Entrevistada 1- Nossa participação no curso é maior que a de meros alunos, participamos também em outras atividades que são tão importantes como as aulas mesmas.

Entrevistado 6 - A convivência na escola nos permite trocar informações sobre outros assentamentos, outras comunidades distantes de nós e, claro que a convivência com a equipe da escola é muito positiva e nos acrescenta muitos conhecimentos.

Perguntados sobre o grau de satisfação com o andamento do curso em relação as suas expectativas os alunos responderam, na sua grande maioria 94% que os cursos atendiam suas expectativas assim como a dinâmica das aulas, mesmo sendo um pouco cansativas eram altamente produtivas. Essa alegada produtividade se refere fundamentalmente a aquisição de novos conhecimentos tanto teóricos como práticos. Os 6% de alunos que não responderam positivamente ao atendimento de suas expectativas apontaram para: 2% dificuldade de permanecer longe da família, 3% da quantidade de conteúdos a serem estudados em pouco tempo de permanência na escola e, 1% não respondeu. Deve salientar-se que todos os entrevistados unanimemente reconheceram que se o curso fosse ofertado em outra modalidade eles não teriam a possibilidade de frequentar as aulas.

Entrevistado 9 - Este curso é bom por que se adapta a gente que mora longe, não daria para participar dele sem não fosse ofertado na alternância.

Entrevistada 12 - O curso é muito bom e também a sua proposta de ser na alternância, senão seria muito difícil poder participar.

Em relação à aplicação de conteúdos e conhecimentos práticos estudados na escola e sua aplicação em suas respectivas comunidades, os entrevistados responderam que nas tarefas encaminhadas para o tempo comunidade (tempo em que estão em suas comunidades), aplicam 100% dos conhecimentos práticos ensinados na escola. A isto se deve acrescentar que 90% dos alunos manifestaram que os conhecimentos de ordem teóricos apreendidos na escola foram muito importantes para seu desenvolvimento pessoal e para seu crescimento intelectual, possibilitando maior compreensão e participação nos debates sobre a "questão agrária" e as problemáticas que a envolvem.

Entrevistada 11 - Os conhecimentos que apreendemos aqui não são só para o curso são também para a vida. Agora ficou mais fácil compreender muitas coisas que as pessoas falavam mais que a gente não tinha nem ideia do que se tratava.

Entrevistada 10 - Agora participo ativamente na minha comunidade graças a que tenho uma melhor compreensão das coisas e consigo me posicionar e defender minhas ideias e os interesses da minha comunidade.

Vinculado diretamente ao item anterior, os entrevistados manifestaram que seu grau de participação em suas respectivas comunidades aumentou após haverem iniciado o curso visto que as temáticas abordadas nas aulas e os conhecimentos teóricos estudados possibilitaram uma maior participação nos debates nas comunidades, como também uma melhor compreensão dos problemas que afetam as comunidades, como exemplo citaram a situação de associações de produtores e suas dificuldades de planejar a produção, superar seus problemas de logística e de comercialização.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PRONERA como proposta concreta de educação no/do campo bem se consolidando como uma política pública que atende diretamente aos beneficiários da Reforma Agrária e aos anseios de amplos setores da sociedade brasileira, até agora marginalizados de uma oferta de educação participativa e democrática. Somos cientes de que o Programa em si só, não resolve todos os problemas da educação do campo, mais é uma iniciativa que sinaliza uma política pública - e não uma ação isolada - efetiva e comprometida com a realidade dos trabalhadores do campo e, particularmente, da Reforma Agrária.

Outro segundo ponto que gostaríamos de abordar é o início de uma nova lógica voltada para a integralidade e complementaridade das políticas públicas em relação a "questão agrária" no Brasil. Entendemos como de fundamental importância a proposta do PRONERA como política complementar a política de Reforma Agrária, ou seja, uma política de Reforma Agrária no país que não articule outras políticas públicas eficientes e práticas não se desenvolve. A Reforma Agrária implica necessariamente o atendimento as demandas populares de educação, saúde, crédito e financiamento para a produção, entre tantas outras.

Sabemos que é difícil e lento o caminho para a ruptura com certas concepções político-ideológico que sustentam e reproduzem historicamente as desigualdades sociais nas relações no campo do Brasil, mais se iniciou um novo processo que visa mudanças o qual enfrenta e enfrentará diversas resistências dos sectores mais conservadores da sociedade brasileira, principalmente dos vinculados ao agronegócio e ao latifúndio. Aqui gostaríamos de parabenizar a todos os que participaram na construção da proposta do PRONERA, começando pela equipe de profissionais da EFA, com os militantes dos movimentos sociais (em especial do MST e do MAB), assim como a professores e alunos da Universidade Federal do Tocantins e a comunidade participante da EFA e a todos os que direta e/ou indiretamente colaboraram com a proposta.

A nossa pesquisa pretendeu contribuir com informações empíricas levantadas no transcurso do processo educacional desenvolvido no âmbito do PRONERA, contribuição esta que se compartilha com a EFA e os movimentos sociais presentes, tanto na elaboração da proposta do curso, como na execução e na sua avaliação. Sem dúvidas a principal contribuição, mesmo que de forma inicial, está dedicada aos beneficiários do Programa, portanto, aos Assentados da Reforma Agrária e a todos os alunos da Escola Família Agrícola de Porto Nacional.

4. REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S; MOLINA, M. C. (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2004.
BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília, 2013. p. 60.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v5n2/a08v5n2.pdf>. Acesso em: 07 de jun. de 2015.

BRASIL. MDA/INCRA. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA)**. Manual de Operações. Brasília/DF. 2004. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 24 de set. de 2014.

_____. Ministério Extraordinário de Política Fundiária. Instituto de Colonização e Reforma Agrária. Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA. **Manual de Operações**. Brasília, 1998.

_____. Manual de Operações do Pronera 2012. 2011. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 24 de set. de 2014.

_____. PRONERA. 2014. Disponível em: <http://www.efaportonacional.com.br>. Acesso em: 03 de out. de 2014.

CABRAL, C. J. P.; NEVES, L. B.; CABRAL, N. J. L. Relatório de Pesquisa Consolidado: Associativismo nos Assentamentos da Reforma Agrária no Tocantins: Educação no Campo e Trabalho Associativo. Porto Nacional, EFA/UFT, 2015.

CALDART, R. S. Por uma Educação no Campo: traços de uma identidade em construção. In: KOLLING. Edgar Jorge; Cerioli Paulo Ricardo; Caldart, Roseli Salete (Orgs). **Educação do Campo**: identidade e Políticas, Brasília-DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, v. 4, 2002.

_____. Educação do Campo: notas para uma análise de percurso. In: MOLINA M. C. (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa II**: questões para reflexão. Brasília: MDA/MEC, 2010. pp. 103-126. (Série NEAD Debate; 20).

FERNANDES. Bernardo Mançano. Os campos da pesquisa em educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA M. C. (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: MDA. 2006.

FURTADO, Eliane Dayse Pontes. **Estudo sobre a educação para a população rural no Brasil**. 2006. Disponível em: http://www.red-ler.org/estudio_educacion_poblacion_rural_brasil.pdf. Acesso em: 21 de mai. De 2015.

MOLINA, M. C. (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa II**: questões para reflexão. Brasília, MDA/MEC, 2010. (Série NEAD Debate; 20).

MOLINA, C. M.; JESUS, Sonia Meire dos Santos Azevedo de. Contribuições do PRONERA à Educação do Campo no Brasil In: SANTOS, Clarice Aparecida dos; Molina, C. M.; JESUS, Sonia Meire dos Santos Azevedo de. (Org.). **Memória e História do PRONERA**. Contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo no Brasil. Brasília. 2010. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 24 de set. de 2014.

MUNARIM, Antonio. **Educação do Campo no cenário das políticas públicas na primeira década do século 21**. 2011. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/2566/1763>. Acesso em: 21 de mai. De 2015.

LACERDA, Celso Lisboa de; SANTOS, Clarice Aparecida Dos. Introdução. In: **BRASIL**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Diversidade e Inclusão. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

RIBEIRO, Marlene. **Desafios Postos à Educação do Campo**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 50 (especial), p. 150-171, mai. 2013 - ISSN: 1676-258 123. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br>. Acesso em: 16 de mar. de 2016.

SANTOS, Clarice Aparecida dos. O PRONERA e as Políticas Públicas de Educação do Campo - uma reflexão em perspectiva para subsidiar o futuro. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos; MÔNICA, C. M.; JESUS, Sonia Meire dos Santos Azevedo de. (Org.). **Memória e História do PRONERA**. Contribuições do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária para a Educação do Campo no Brasil. Brasília. 2010. Disponível em: <http://www.incra.gov.br>. Acesso em: 24 de set. de 2014.

SILVA, M. S. **Da Rais à Flor**: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: MOLINA M. C. (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa**: questões para reflexão. Brasília: MDA. 2006.

SOUZA, M. A. **Educação do campo**: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. Educação & Sociedade, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 1089-1111, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 28 de mar. de 2016.

PERIUS, Lucia Célia Ferreira da Silva. **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**: a gestão do Pronera no Estado de Mato Grosso do Sul-1998/2001. Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande, 2008. 113 f. Disponível em: www.ucdb.br. Acesso em: 10 de maio de 2016.